

Estudos culturais e estudos literários

Maria da Glória Bordini*

PUCRS



1 A ascensão dos estudos culturais na pós-modernidade

Até há pouco tempo, talvez até a década de 1960, “cultura” era um conceito monolítico, que abarcava apenas as mais altas realizações do espírito, assim como “literatura” só se aplicava às obras de linguagem consagradas pelo tempo e incluídas nos cânones pelos críticos e historiadores literários. Esses eram os domínios a serem cultivados, expandidos e difundidos, tarefa entregue às diversas instâncias do sistema cultural, com ênfase aos vários níveis de educação formal e informal. O homem culto se distinguia do inculto pela leitura volumosa, pelo conhecimento, mesmo parcial, de vários campos do saber científico e humanístico, pela habilidade lingüística na fala e na escrita, e pela freqüência aos clássicos, sem desconsiderar os modernos.

Nos tempos pós-modernos, essa definição da questão cultural e do status do cidadão culto sofreu profundas modificações. O esforço emancipatório do conhecimento e da arte, fruto do iluminismo do século XVIII, encontra hoje a resistência de um tipo de mentalidade à deriva, em que o comodismo e a indiferença sequer são vistos como desairosos. Em sociedades hiperadministradas como as dessa era pós-moderna, os cidadãos vivem muito para si, quase num marasmo, sem metas a conquistar, porque já não acreditam em promessas e as tentativas revolucionárias ou mesmo os atos isolados de rebeldia não têm originado mudanças.

É certo que essas subjetividades mergulhadas no imediato, na busca da felicidade e do próprio prazer, sem grandes compromi-

* Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da PUCRS. Coordenadora do Centro de Memória Literária da mesma Universidade. Pesquisadora do CNPq.

so com os outros, mesmo assim ainda convivem. Deliberam sobre o que fazem, trocam idéias com seus parceiros, aproveitando as mínimas fímbrias dos sistemas que lhes outorguem alguma liberdade de ação. Entretanto, a antiga unidade cultural, centrada no conceito de nação e das línguas pátrias, foco de identificação e ligação social pelo menos desde o século XIX, já não vigora.

A existência de múltiplas culturas, distribuídas em tribos e facções, regiões, cidades e bairros, ou até na esquina ou no condomínio, cada uma com sua especificidade e necessidades, determina uma alteração radical no campo dos estudos literários. A proliferação de manifestações lingüísticas que aspiram ao estado de arte verbal, lado a lado e rivalizando com formas expressivas não verbais ou semiverbais, também desdobrando-se e espalhando-se numa velocidade eletrônica, põe em causa a delimitação do objeto das teorias literárias, confundido cada vez mais com outros produtos culturais que reivindicam semelhantes poderes de significação estética.

Um cidadão de bom senso diria que, apesar de tudo, sabe-se o que é literatura e o que não é, assim como se distingue um produto cultural de outros que não o são. A questão, porém, não é tão simples. Na vida cotidiana, hoje é possível ler um romance policial como literatura de arte e ter na estante um peixe esculpido em madeira por um índio como objeto artístico. Entretanto, para que se chegasse a essas atitudes corriqueiras, muita discussão teórica e crítica rolou nas instâncias sociais que se ocupam dos bens simbólicos.

Tendo isso em mente, a pertinência de uma abordagem dos estudos literários que não se detenha nos recursos formais e sim que acentue as relações que o texto pode estabelecer com a vida social parece hoje muito maior do que os socialistas sonharam. Não é que se deva ignorar a função estética dos procedimentos formais, pois na verdade é deles que a potência emancipatória do texto literário deriva, como ensina Hans Robert Jauss.¹

Todavia, uma instância mais primordial do contato com a literatura reside no reconhecimento de que a leitura é um saber cuja pertinência quem decide é o leitor, no quadro de sua vida. As explicações teóricas clássicas, como a mímese ou o reflexo estético, assinalaram rumos no passado. Esse tipo de preocupação hoje em dia adquire outras implicações quando se pensa que o mundo

¹ Cf. JAUSS, Hans Robert. O texto poético na mudança de horizonte da leitura. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da Literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

mimetizado ou refletido não é uno mas múltiplo e que nem mesmo o sujeito que produz a obra ou aquele que a lê é homogêneo.

Na sociedade atual crescentemente se exige o reconhecimento dos direitos das várias culturas à existência autônoma, sem predominâncias ou assimilações que destruam suas especificidades, e se postula uma convivência fraterna entre as diferenças sociais, com respeito mútuo – e essa é a sua melhor faceta, pois significa uma recusa à homogeneização proveniente da hiperadministração. Diante do pluriculturalismo que as organizações populares, tanto quanto as elites intelectuais, têm tentado pôr em prática, um caminho para o estudo da literatura foi proposto nas pesquisas, eminentemente de cunho empírico, da chamada Escola de Birmingham.

Um de seus representantes, Richard Hoggart, em seu *The Uses of Literacy*,² destaca que os ingleses, depois de dois séculos de urbanização, industrialização e democratização, podem falar de cátedra sobre a sociedade de seu tempo na relação desta com a tradição literária. Isso teria conduzido sua pesquisa literária para longe de metodologias e disciplinas, aproximando-a da experiência viva da literatura no seu contexto inegável, a cultura, tanto erudita quanto popular. De fato, a produção da Escola de Birmingham, talvez mais conhecida no Brasil através do livro de Ian Watt, *A ascensão do romance*,³ volta-se para um ângulo antes subestimado, a história dos comportamentos do sistema literário quanto à vida cultural e vice-versa.

Nesse intento, que tem sido denominado no mundo de língua inglesa de *Cultural Studies*, convocam-se interdisciplinarmente aportes de outras ciências, como a filosofia, a psicologia e psicanálise, a sociologia, a antropologia e a semiótica para lançar luz sobre como determinados traços da vida social, dentro de uma cultura específica, aparecem na obra literária, a partir das características poéticas que os manifestam. A Escola de Birmingham, de fundamento marxista, mas numa direção não-ortodoxa, apropria-se da política da crítica literária inglesa que, à época, advogava a isenção ideológica em favor de uma supervalorização da pureza das artes e da cultura como forma de resistência das elites intelectuais à corrupção da sociedade burguesa, mas reinsere o debate no âmbito da vida social concreta, advogando a construção de uma cultura em que todos teriam participação ativa e igualitária. Para seu porta-voz mais destacado, Raymond Williams, trata-se de fomentar o acesso

² Cf. HOGGART, Richard. *The uses of literacy*. Harmondsworth: Pelican Books, 1977.

³ Cf. WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

de todos às formas culturais que, na posse exclusivista de uma classe, pertencem entretanto à comunidade e serão mantidas – e renovadas ou modificadas – pela participação comum. O intento é ressocializar e rehistoricizar a grande arte, tornada abstrata nas mãos das elites, bem como promover as manifestações das classes populares e das minorias a um estado de dignidade cultural que não lhes é concedido.⁴

O método de trabalho dos Estudos Culturais partiu da análise literária para a cultural. Supõe uma primeira etapa atenta a toda espécie de elementos de linguagem, ênfases, repetições, omissões, imagens, ambigüidades, personagens, incidentes, enredo e tema. Isso é feito não pelo elemento em si, mas tendo em vista sua funcionalidade ao mesmo tempo estética, psicológica e cultural. Essa é determinada como decorrente do intercâmbio de necessidades provenientes da estrutura formal, de necessidades psicológicas oriundas do tipo de indivíduo que escreveu a obra e de necessidades culturais de um certo tipo de sociedade, num certo período.

A segunda etapa determina o campo de valores socioculturais que a obra selecionou, refletiu, transformou ou rejeitou. Essa espécie de investigação evidentemente revela também o investigador, porque ele só pode atingir seus fins a partir de decisões sobre esses mesmos valores que o definem em relação a eles. Os pressupostos são de que qualquer sociedade possui valores, que ela constrói visões ordenadas de suas experiências, através de sistemas, rituais e formas artísticas, que essa vivência de seus valores é um processo dialético, sempre incompleto e sujeito à mudança e que nenhum indivíduo se ajusta perfeitamente à ordem dominante desses valores. Dessa forma, evitam-se as ortodoxias e os estreitamentos dos enfoques e se propõe um estudo sempre provisório, capaz de discernir numa cultura as individualidades.

Os Estudos Culturais, portanto, nascem de uma insuficiência da teoria literária nos anos 50/60, que, preocupada com a explicação imanente dos textos, herança do Formalismo Russo e do New Criticism, esquecia sua inserção sociocultural e a materialidade de seus processos de produção e recepção, em favor de uma essencialização universalista de suas formas e de seus sentidos. Formados nos princípios da crítica formal-psicologista de I. A. Richards, os expoentes da Escola de Birmingham, egressos das classes operárias, perceberam que a valorização das manifestações populares, a

⁴ Cf. CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

investigação dos processos materiais de formação do público leitor, a defesa ao direito de acesso aos bens da alta cultura pelos grupos minoritários, exigiam que se considerasse não apenas a literatura, mas a cultura em que esta se produzia como novo campo de discussão teórica.

2 Estruturalismos e multiculturalismo

Dos Estudos Culturais e sua ênfase sobre uma cultura em comum, participativa, decorre o conceito de multiculturalismo, o qual abarca um fenômeno que se estende pelo mundo ocidental, a partir de uma origem influente, que é a América do Norte e, nela, em especial, os Estados Unidos. Simplificadamente, significa o reconhecimento de que cultura não é um todo unitário, mas um mosaico de manifestações simbólicas autônomas e específicas, geradas no interior dos diversos segmentos que formam as sociedades, mas capazes de ultrapassar fronteiras nacionais ou regionais. Preside, pois, esse fenômeno, a idéia de diferença e, principalmente, a de que as diferenças podem co-existir pacificamente, sem perder suas características próprias e sem serem dominadas por algum conceito universalista ou humanista que as uniformize.⁵

Por outro lado, a literatura sempre esteve nessa mesma situação de diferenciação – de gêneros, de formas, de estilos de escrita, de épocas, de temas, de personagens, de cenários. Embora, ao longo da História, seus estudiosos tenham buscado um conceito que unificasse essa proliferação ilimitada e lhe desse uma identidade, a contínua renovação, impelida, no passado, pela emulação dos melhores e, modernamente, pelo ideal da originalidade, impede que se pense num domínio claramente circunscrito.

Seja no interior das obras individuais, seja entre elas, seja no seu contorno imediato ou mais distante, interpenetram-se características, de modo que conceitos como literatura culta/literatura de massa/literatura popular, ou literatura nacional/literatura universal, ficção/não-ficção perdem sua força delimitadora. Hoje se torna impensável a noção de que a literatura só é tal quando produzida por um gênio, por uma espécie de inspiração inexplicável, que não deve nada à tradição ou às instituições ou pessoas que formam o chamado sistema literário. As bandeiras atuais são o hibridismo e a intertextualidade: nada provém do nada.

⁵ Este texto recorre a alguns tópicos do livro de Andrea Semprini, *Multiculturalismo* (Bauru: EDUSC, 1999), interpretados muito livremente.

Não é demais enfatizar que foi durante a década de 60 que essa insatisfação com as modalidades de estudo da literatura veio à tona. Momento de virada radical, foi no fim dos anos 60 que os movimentos da juventude descontente, nos Estados Unidos com a guerra do Vietnã, o preconceito racial e a subjugação da mulher, na França com o sistema de ensino, eclodiram num ímpeto de liberação de costumes e de ideários, obrigando suas respectivas nações, ambas de grande poder de influência no Ocidente, a modificar mentalidades longamente estabelecidas.

Outros fatores também entraram nessa revolução, dos quais um interessa especialmente aqui. Na França, um grupo de professores e críticos literários, separando-se da conservadora Sorbonne, cria a Escola Superior de Altos Estudos e, a partir da lingüística estrutural de Ferdinand Saussure, desenvolvida pelo russo Roman Jakobson, refugiado da ditadura soviética, produzem uma nova disciplina de conhecimento, o estruturalismo.

O fundamento da nova escola de pensamento é a idéia de que o sentido só se constitui pela diferença. Só se distingue bala e mala pela diferença entre /b/ e /m/. Saussure postula que a língua possui uma estrutura constante, variando o uso de seus constituintes e regras na fala. Jakobson expandirá essa noção para o texto, afirmando que as espécies diferentes de texto dependem da dominância de uma das seis funções que estruturam a comunicação lingüística sobre as outras.

Na função poética, a linguagem chama atenção sobre si mesma, projetando o nível do paradigma sobre o do sintagma, através do princípio da equivalência, o que não ocorreria num texto científico, por exemplo, em que dominaria a função referencial, ou seja, a orientação da linguagem para o seu contexto. Assim, literatura e um tratado de psicologia se diferenciariam por oposição. Na primeira, o texto se evidencia como obra de arte pelos procedimentos lingüísticos (o que não quer dizer que não se relacione com o contexto, mas o faz de forma fraca), no segundo, a linguagem passa despercebida (embora possa chamar alguma atenção, como em alguns artigos de Freud, por exemplo), interessando o que se diz sobre a mente.⁶

Os franceses, estudando as narrativas, descobrem alguns modelos de estruturação que se aplicam indiferenciadamente a histórias, anedotas, filmes, romances. Com pequenas variações, o modelo es-

⁶ Consultem-se, para maiores informações, de Ferdinand de Saussure, o *Curso de Lingüística Geral* e de Roman Jakobson, *Lingüística e comunicação*.

trutural se mantém idêntico: é um gerador de quaisquer espécies narrativas. Com o avanço de seus estudos, vão constatando que a estrutura narrativa, postulada como invariante, pode explicar quaisquer bens culturais em que se conte uma história, pondo por terra a ilusão de que certas obras literárias narrativas excepcionais seriam fruto de mentes privilegiadas e só poderiam ser fruídas e não analisadas e entendidas no seu funcionamento estético.⁷

Com isso, a noção de autoria genial decai. A figura do autor passa à de função-autor, e a noção de obra-prima, embora não perca seu prestígio, revela seu parentesco com todas as suas primas pobres, pois detém a mesma estrutura. Os limites entre gêneros elevados e gêneros populares tornam-se contestáveis. Além disso, essas mesmas estruturas, aplicadas a outras áreas do conhecimento, como a antropologia, por exemplo, continuam idênticas, explicando a conformação de mitos, lendas e costumes tribais, o que põe em dúvida o papel da história como produtora da diversidade numa perspectiva evolucionária, como até então era tida. Assim, diferenças entre povos primitivos e civilizados que desvalorizariam os primeiros são postas em cheque, o que, transferido para as sociedades ocidentais, se reflete sobre o papel social de segmentos minoritários, os quais reivindicam seus direitos com apoio justamente no reconhecimento do que os diferencia.

Tudo isso põe em causa as noções de identidade do sujeito e identidade das obras, transtornando pontos de vista consolidados ao longo de séculos. Na prática, percebe-se que, se narrativas e poemas possuem princípios estruturais que os diferenciam, mas que se mantêm iguais dentro do gênero, o jogo entre identidade e diferença torna os dois termos correlativos. Os estudos sociológicos, antropológicos e psicanalíticos vão provar que o sujeito não possui uma identidade unitária, mas um conjunto de traços diferenciais que depende dos diversos contextos sociais e culturais em que está inserido, bem como de um aparato psíquico que também funciona como uma linguagem.

Na continuidade dos estudos franceses, já nos anos 70 e 80, essas noções sofrem a crítica do filósofo Jacques Derrida, que vai criar a noção de descentramento dessas oposições. Se o sentido só se constitui por oposição de traços distintivos, ele nota que a dualidade das oposições implica sempre a hierarquização e a dominância, inclusive política, do primeiro termo. Assim, branco/preto, além de

⁷ Ver, a respeito, as obras de Roland Barthes, em especial, *Análise estrutural da narrativa* e *S/Z*.

permitir a distinção semântica e perceptiva das duas cores, dá à sociedade branca poder sobre a negra na própria disseminação do sentido pela linguagem. Cumpre desconstruir de dentro essa oposição, o que não é o mesmo que simplesmente invertê-la. Preto/branco continua sendo uma dessimetria. Para tanto, ele postula uma radicalização da noção de diferença, que ao mesmo tempo mantém a dessemelhança, mas a adia.⁸

As doutrinas estruturalistas, pós-estruturalistas e a crítica derridiana encontram solo fértil para frutificarem nos Estados Unidos dos anos 60 aos 80, convulsionados pelos problemas da guerra, pela rebelião dos jovens e a constituição das comunidades hippies, pela liberação sexual e feminina, pela radicalização das reivindicações das feministas, dos gays e dos negros e índios. Ali tomam dois rumos curiosos. As teorias são abraçadas e entusiasticamente aplicadas pelas universidades, em que as disciplinas de humanidades estavam em declínio.

Na Europa, as ciências humanas sofriam o mesmo desgaste, mas pelo menos tinham, na adesão às sociologias marxistas, que inspiraram na Inglaterra o surgimento dos Estudos Culturais, com sua tese de que é na cultura que se exerce a hegemonia e é de dentro dela que se pode combatê-la, uma válvula de escape que as mantinham em certa medida relevantes. Nos Estados Unidos, com sua paranóia anticomunista, quando a Nova Crítica e a Psicanálise foram perdendo força explicativa, em virtude de seu imanentismo, nenhum novo suporte garantia o prestígio de estudos literários ou culturais. Dessa forma, as questões da identidade e da diferença, reformuladas pela Escola Francesa, se transformaram no corpo mais apreciado de pensamento nos departamentos de Inglês, que passaram a atrair estudantes de outras áreas, igualmente interessados nas possibilidades transdisciplinares que ali se abriam.

De outra parte, o espírito pragmático dos norte-americanos logo percebeu que esse novo âmbito de conhecimento oferecia respostas a problemas não apenas acadêmicos. A discussão sobre identidades múltiplas e diferenças culturalmente situadas propiciava o encaminhamento de condutas políticas sem pressupor a luta de classes ou a determinação da superestrutura ideológica pela base econômica, princípios do marxismo penosamente conservados, num meio claramente hostil à contestação do capitalismo, por uma escassa camada de intelectuais progressistas.

⁸ Os postulados básicos de Jacques Derrida podem ser encontrados em *A escritura e a diferença*.

É assim que a vinculação entre os estudos literários e os estudos culturais se produz, incentivada por um projeto de renovação da formação acadêmica em Letras e Humanidades. O termo multiculturalismo é criado nos Estados Unidos, para denominar não uma disciplina, mas um sistema de pensamento e de intervenção social fundado na noção de descentramento e diferença do pós-estruturalismo francês. Sua ascensão, entretanto, deriva das condições históricas da formação da sociedade norte-americana, a saber, a inicial colonização inglesa, de confissão puritana, com o genocídio das populações indígenas, a importação em massa de escravos africanos para o trabalho braçal, a abertura do país à imigração ocidental e oriental quando o progresso do capitalismo liberal tornou o país o sonho de redenção para as camadas pobres da Europa e do Oriente, resultando numa sociedade multirracial, dominada, porém, por uma ética protestante que favorecia o acúmulo de capital e o empreendimento individual.

Em todos esses estágios de formação, o elemento nativo e o estrangeiro, aos olhos dos cidadãos anglo-saxões, foi visto como alteridade ameaçadora, que deveria ser eliminada ou submetida, assimilando-se à cultura dos dominadores. Separadas de suas raízes de origem e perseguidas na terra de adoção, essas populações todas passaram por crises de identidade, que se resolveram ou com a separação em relação à sociedade branca – caso de negros e índios – ou com a adesão ao *American way of life*, no caso dos imigrantes europeus e asiáticos. Entretanto, as tensões não se atenuaram e, reforçados pelo declínio econômico do país nas últimas décadas, os conflitos entre maioria e minorias continuam acesos.

Explica-se, assim, que o pensamento multiculturalista encontra-se solo fértil para se expandir nas esferas mais intelectualizadas, que entendiam ser o reconhecimento das diferenças culturais o caminho para a pacificação da sociedade. Pensar uma sociedade multicultural seria admitir o outro não como alteridade ameaçadora para a integridade do sujeito, mas como um outro eu que permite o autoconhecimento e o auto-aperfeiçoamento por contraste, usando-se o mesmo princípio do traço diferencial sem o qual o sentido não se configura.

Esse argumento, porém, poderia incidir naquela relação opositiva hierarquizante que manteria a sociedade branca em situação hegemônica. Então o princípio da desconstrução das oposições vinha a calhar. Resultou daí o chamado relativismo pós-moderno, uma vez que se passou a condenar qualquer prática ou atitude que se apoiasse em essências como a da superioridade da raça branca e

de sua cultura, ou a do primado da racionalidade, com suas conseqüentes catástrofes humanas e ambientais causadas pelo uso imprudente de recursos tecnológicos administrados apenas visando à eficiência e ao lucro.

Seja em relação à sociedade ou aos bens culturais, as análises desconstrucionistas vieram derrubar certezas, mostrar debilidades de raciocínio e lógica, desobstruir o fluxo de idéias e ações entre áreas tradicionalmente separadas, quebrar modos de legitimação de discriminações, denunciar o imperialismo econômico e político, produzindo muita contestação dos setores conservadores e mal-estar geral numa sociedade que se considerava o modelo das nações.

O relativismo pós-moderno expressa, de forma visível, os impasses do multiculturalismo numa nação que não difere tanto da brasileira como se poderia julgar. Lá, como aqui, a formação da sociedade é semelhante, guardadas as distâncias ideológicas entre anglo-saxões e portugueses, a contribuição de diferentes povos é paralela, assim como a discriminação. A situação econômico-política brasileira é caudatária da norte-americana, com as mesmas dificuldades para as classes média e baixa, só que bem mais acentuadas.

O que distingue as duas nações, além da posição subalterna do Brasil, é que aqui as diferenças culturais são encaradas com preconceitos menos explícitos, embora não menos exasperados. Aqui, como lá, os pressupostos do multiculturalismo seguiram caminhos parecidos, visto que o pensamento estruturalista e pós-estruturalista francês também foi importado na década de 60 e – em virtude da repressão da ditadura militar – só nos anos 80 e 90 veio trazer à pauta a discussão da diferença, mas já matizada pela sua prática norte-americana, o que, de certo modo, dada a resistência da universidade aos modelos americanos, determinou uma atitude dividida, muito mais teórica do que ativista, não atingindo as forças sociais que dela se beneficiariam. É verdade que a parcela da população com formação superior é aqui bem mais restrita e que não há mobilização tão forte das minorias ou dos segmentos discriminados como entre os irmãos do norte.

A mentalidade multicultural parte do suposto de que a realidade é uma construção humana, ou seja, que aquilo que acreditamos ser real não passa de uma versão, dependente das teorias que a descrevem e dos interesses a que estas obedecem. Não há, pois, objetividade e sim interpretações, nas quais um emissor comunica a um receptor um enunciado individualizado pelas posições que os dois ocupam nessa cadeia. Se esse enunciado circula em outras cadeias

de comunicação, torna-se uma interpretação coletiva, mas também pendente das condições em que é aceita.

Se a realidade só se oferece através das subjetividades que a descrevem, os valores se tornam relativos, pois a verdade do que se diz sobre algo está condicionada por uma história pessoal ou por uma convenção coletiva. Foucault se ocupou de mostrar como as verdades aparentemente objetivas se fundam sobre formações discursivas historicamente acumuladas. Isso conduz à constatação de que o conhecimento é uma questão política, pois não é uma simples correspondência entre conceito e realidade, mas é subjetiva e socialmente constituído, num jogo do qual não estão ausentes o interesse e as relações de força.

Ora, se as subjetividades não são um todo homogêneo, mas se revestem de identidades relacionais, circunscritas a territórios e épocas, o conhecimento também não pode ser encarado numa perspectiva de estabilidade e certeza. A verdade estará em processo, condicionada pela história, pelas escolhas individuais e coletivas, pela interação das interpretações e recepções. Também não terá validade universal, pois será definida conforme as condições de cada cultura e a tentativa de universalizá-la será um ato de imposição autoritária.

Um equilíbrio entre a alta cultura e as culturas minoritárias talvez seja o rumo adequado para o consórcio entre o multiculturalismo e os estudos literários, como bem sugerem os estudos culturais ingleses. Afinal, as identidades individuais se conformam no encontro com suas alteridades, mesmo sob o risco da fratura da integridade do eu. No contato com a literatura, o indivíduo adquire um sistema de valores e de regras de conduta, que o situam no mundo e lhe permitem avaliar seu lugar nele. Numa concepção de identidade pessoal que leve em conta a fragmentação das subjetividades e a pluralidade de identificações que a visão multiculturalista lhes pode proporcionar, um estudo dos objetos literários que privilegie o que é alheio ao sujeito mas o devolve para si, terá talvez maiores possibilidades de emancipá-lo e de torná-lo capaz de conviver mais harmonicamente com a diversidade do mundo e dos homens.

Referências

BARTHES, Roland et alii. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HOGGART, Richard. *The uses of literacy*. Harmondsworth: Pelican Books, 1977.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- JAUSS, Hans-Robert. O texto poético na mudança de horizonte da leitura. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da Literatura em suas fontes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, [1970?].
- SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC, 1999.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.